

A Sociologia Rural perante a problemática do espaço*

Afonso de Barros**

Resumo: Após passar em revista o processo de reorganização territorial que vem atravessando as sociedades modernas e, correlativamente, o movimento teórico que tem vindo a guindar o espaço a perspectiva analítica fundamental nas ciências sociais, analisam-se as grandes linhas de transformação dos espaços rurais. Dá-se conta, seguidamente, do posicionamento da sociologia rural perante a problemática do espaço, concluindo-se que este se vem desenhando como o campo analítico e a perspectiva de análise susceptíveis de conferir especificidade tanto à sociologia rural como à sociologia urbana e, ao mesmo tempo, como o ponto de convergência entre ambas.

1. Introdução

Parecem remotos os tempos em que a cidade e o campo eram visualizados em perspectiva dicotómica e as relações entre ambos eram consideradas em termos de oposição. Em medição estritamente cronológica, esses tempos são, no entanto, bem próximos de nós. Mas a verdade é que a tal ponto profunda e rápida tem sido a mudança na organização do espaço e, correlativamente, a modificação nas representações e nos paradigmas analíticos respectivos que não é de estranhar que a dicotomia cidade/campo surja aos nossos olhos como perspectiva remota, irremediavelmente catalogada como pertencendo aos arquivos da história.

No plano do conhecimento, o processo de mudança na organização territorial veio a traduzir-se, designadamente, na emergência da problemática do espaço no domínio das ciências sociais. De tal maneira rápidos, extensos e profundos se revelavam os movimentos de transformação social com directa incidência e óbvia dimensão espacial que se tornava inevitável romper com a

* Comunicação apresentada ao Colóquio *Sociologie rurale ou sociologie du rural*, realizado no Collège Jacques Leclerc da Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 8 e 9 de Dezembro de 1988. Uma versão em francês mais resumida, deste texto foi publicada na revista *Recherches sociologiques*, Louvain-la-Neuve.

** Docente do ISCTE, investigador no CIES

perspectiva tradicional que consistia em visualizar o espaço como mera categoria abstracta, como meio vazio, como continente sem conteúdo¹.

Confrontada com estes dois tipos correlativos de movimentos de mudança - um ao nível empírico, outro ao nível teórico - a sociologia rural tinha, naturalmente, que repensar-se, rediscutindo o seu objecto e o seu método, reexaminando o seu percurso e as suas perspectivas, reanalizando-se como ramo subdisciplinar.

É útil, assim sendo, passar em revista, por um lado, o processo de reorganização territorial, balizado sobretudo à luz das suas implicações no plano das relações cidade/campo, e, por outro lado, o movimento teórico que tem vindo a guindar o espaço a perspectiva analítica fundamental. Compreender-se-à que seja impossível no âmbito de uma simples comunicação a este Colóquio, proceder ao tratamento destas questões com o desenvolvimento que, em rigor, elas merecem. Afigura-se-me, no entanto, que as referências esquemáticas que às mesmas me proponho fazer serão aceites como válidas, de tal modo parecem imprescindíveis à discussão do tema do Colóquio. Parece, com efeito, que a problemática do espaço configura a questão fundamental com que a sociologia rural inevitavelmente se enfrenta na actualidade e aquela que porventura sobretudo designa as suas perspectivas de evolução.

2. A problemática do espaço

Característica marcante dos tempos contemporâneos reside sem dúvida na envergadura dos processos de mudança que se vivem e na rapidez com que os mesmos operam. Referenciando este fenómeno à história moderna, Giddens propõe uma abordagem discontinuista do desenvolvimento das sociedades modernas, caracterizando esta discontinuidade como intensiva e como extensiva. "É intensiva - afirma - porque a natureza da nossa vida no dia-a-dia é profundamente diferente da vida do dia-a-dia da maioria das pessoas na história humana anterior. É extensiva - acrescenta - devido ao facto de sermos os primeiros seres humanos que vivem numa sociedade global, na qual existe um conjunto de interconexões articulando as íntimas texturas do dia-a-dia com transformações operando a uma escala verdadeiramente mundial"².

A dimensão extensiva da vivência e da mudança modernas assinalada por este autor remete expressamente para a configuração marcadamente espacial que assumem os processos de transformação vividas nas sociedades contemporâneas. Só com o movimento designado por pós-modernista, no entanto, é que o privilégio que o pensamento conferia às representações temporais cede e começa a ganhar terreno a importância da dimensão espacial das estruturas e dos processos sociais. Conforme refere Boaventura Sousa Santos, "ao chegarmos ao fim do século, assistimos à reemergência das metáforas espaciais, não

sendo por acaso que o debate sobre o pós-modernismo se iniciou na arquitetura³.

Henri Lefebvre escrevia em 1974, ao abrir o seu livro *La production de l'espace*: "O espaço! Até há poucos anos não invocava mais do que um conceito geométrico, um meio vazio... O espaço social? Estas palavras teriam surpreendido"⁴. Pois bem, poucos anos depois o espaço social tornou-se expressão corrente em diversas ciências sociais e surge como referência cada vez mais obrigatória na análise sociológica.

A evidência espacial que caracteriza alguns dos mais marcantes fenómenos das últimas décadas contribuiu decisivamente para que assim houvesse acontecido. É o que sucede com o crescimento e a transformação funcional das cidades; a ampliação e a modificação dos meios e das redes de comunicação; as alterações relativas ao uso dos solos determinadas por mudanças ao nível dos processos agrícolas; as movimentações populacionais de ignorada envergadura decorrentes, designadamente, dos processos de êxodo agrícola e rural; as modificações sem precedentes do meio ambiente.

Este conjunto de fenómenos viria obrigar à definição e concretização de acções de intervenção política de directa incidência espacial, circunstância que, por sua vez, teve importantes repercussões quanto ao estatuto do espaço de análise sociológica. "É, com efeito, a partir dos meados dos anos 60 que, paralelamente às políticas de ordenamento do território e de planificação urbana, surgem novos objectos de pesquisa no seio da sociologia. Estas pesquisas têm por efeito levantar e legitimar novas interrogações sobre o espaço em si mesmo e não apenas sobre os seus efeitos"⁵.

Com justiça, estes autores assinalam que "é assim que coube à sociologia urbana haver polarizado a questão do espaço, o mesmo não havendo acontecido com a sociologia rural por exemplo"⁶. Compreende-se que a sociologia urbana haja assumido posição pioneira relativamente à problemática do espaço. Com efeito, a cidade, enquanto construção do homem concentrada no espaço, desenha-se como explícita organização espacial. A isto acresce que, na época em referência, assistia-se a um rápido crescimento das cidades, que irradiavam, muitas vezes desordenadamente, de antigos e relativamente estabilizados núcleos históricos para o espaço circundante, factor este que ainda mais explicitamente apelava para considerações espaciais nos estudos urbanos, fossem eles arquitectónicos, económicos ou sociológicos.

Dir-se-à, todavia, que à sociologia rural, por seu lado, o espaço se deveria deparar como elemento tão explicitamente constitutivo das relações sociais como acontece com a sociologia urbana. Não só a aldeia se configura como construção espacial tão explícita como a cidade como também acontece que a agricultura constitui actividade cuja dimensão espacial parece óbvia. Como se explica, assim sendo, tão longa insensibilidade deste ramo da sociologia em relação à problemática do espaço? Antes de tentar responder a esta questão convém passar em revista, ainda que só seja possível fazê-lo a traços muito

gerais, o processo que, nas sociedades industrializadas, transformou o espaço rural e modificou as relações cidade/campo.

3. Da dicotomia cidade/campo à integração espacial

As profundas mudanças que a sociedade rural conheceu na sequência da revolução industrial podem sintetizar-se como sendo um processo de transformação de uma sociedade pluriactiva e multifuncional num espaço social agrícola, económica e socialmente desintegrado.

Ao transferir para a cidade as actividades agora designadas por industriais, a revolução industrial teve por efeito arruinar a produção rural de bens não agrícolas, organizada em forma artesanal, e, por outro lado, quebrar, a montante, o ciclo produtivo agrícola, tornando a agricultura dependente dos *inputs* produzidos industrialmente no espaço urbano. O campo via-se, assim, especializado unicamente na produção agrícola, a qual por sua vez, se tornava cada vez mais directamente orientada para a cidade e pela cidade. No plano económico, quebrava-se deste modo, a integração no espaço rural.

Mas não apenas no plano económico. A transferência de força de trabalho para a cidade, ao adquirir a dimensão de êxodo, veio romper o tecido social existente, contribuindo decisivamente para acelerar e aprofundar o processo de recomposição social determinado pelo que se pode chamar "agriculturização" do espaço rural. No plano social, também o campo perdia, deste modo, a natureza de espaço integrado.

A mudança operada nas relações cidade/campo, traduzida em alargamento e diversificação, era comandada pela emergência do espaço social urbano/industrial, o qual, na sua lógica de afirmação e de inovação, se guindava a posição dominante e subordinava a si o espaço social rural.

As contradições cidade/campo, que inevitavelmente se avolumavam no decurso deste processo, eram representadas, de acordo com as tipologias polares inerentes às teorias associadas ao industrialismo, através da dicotomia cidade/campo, que procurava exprimir, em termos de antítese, as posições diferenciadas, quando não opostas, destes espaços sociais⁷.

As tendências que na actualidade se vêm afirmando apontam para panorama bem distinto daquele que se acaba de esboçar nos seus mais elementares contornos. Dos espaços rurais especializados na agricultura, subordinados aos espaços urbano-industriais e socialmente desvalorizados, vai-se caminhando para organizações espaciais pluriactivas, multifuncionais e integradas. Correlativamente, assiste-se a um movimento de crescente revalorização social dos espaços rurais, de que é resultado visível, designadamente, o recente fenómeno de maior acréscimo demográfico destes espaços, por comparação com os urbanos, a que se assiste em diversos países do Noroeste europeu.

O modelo de desenvolvimento concentrado, inerente à polarização urbano-industrial, entrou em crise, dá sinais de esgotamento e conhece já importantes inflexões. As transformações tecnológicas decorrentes do processo com frequência designado por terceira revolução industrial favorecem diferentes formas de implantação industrial e, deste modo, têm vindo a contribuir para significativas alterações na organização espacial⁸. A sensibilidade crescente às questões ambientais surge como um outro aspecto da crise que o industrialismo, enquanto forma concentrada e arrogantemente alheia ao meio ambiente, vem conhecendo e desenha-se como factor que impele para novas formas de relacionamento espacial.

A conjugação destes diversos factores manifesta-se em profundas alterações nos espaços sociais rurais e, ao mesmo tempo, vem modificar o relacionamento da cidade com o campo e o posicionamento relativo do urbano e do rural.

A implantação industrial em meios rurais, em modalidade de industrialização difusa, tem por efeito imediato modificar o quadro das actividades rurais, quebrando a monicidade da agricultura e, até, conforme já acontece em diversas regiões, retirando-lhe a primazia tanto económica como social. Acresce que, ao propiciar o desenvolvimento da agricultura a tempo parcial, este fenómeno vem a traduzir-se na disseminação de novos modos de relação indústria/agricultura, tendo por eixo principal o homem (representado na figura do operário-agricultor) e não, como era tradicional, o fluxo intersectorial de bens e serviços⁹. Por outro lado, através dos fenómenos designados por "rurbanização" e por "novos rurais" diversifica-se o uso do espaço rural, que de meio de produção tende, em algumas zonas, a passar a meio de recreação¹⁰, despontam novas configurações espaciais - sugestivamente, Bauer e Roux representam a rurbanização como "la ville éparpillée"¹¹ e Piatier como tendência "à l'éclatement des villes en milieu rural"¹² - ao mesmo tempo que se organizam novas formas de vida no campo e se constituem novas redes de relacionamento entre o campo e a cidade.

Os dois fenómenos acabados de referir denotam, aliás, importante modificação na valorização relativa do espaço urbano e do espaço rural. A atractividade de que a vida urbana tem sido objecto nas sociedades industrializadas tem vindo a experimentar sucessivo decréscimo sob o impacte dos múltiplos factores (poluição, stress, impessoalidade, solidão) em que se traduz a crise da civilização urbano-industrial. Em contrapartida, a repulsividade do espaço rural desvanece-se e vai dando lugar, em diversos casos, a uma cada vez mais nítida atractividade, baseada não apenas em melhores condições de vida e em maiores oportunidades de emprego que os meios rurais, actualmente, vêm proporcionando por comparação com um passado recente, mas também na busca de formas de vida alternativas às características do espaço urbano-industrial.

Todos estes factores se conjugam para quebrar a tendência desintegradora que o industrialismo imprimiu ao espaço rural. Diversificado no plano das

actividades económicas, redimensionado ao nível funcional, complexificado na organização social, o campo ganha capacidade integradora, em novos e bem distintos moldes em relação à que possuía na época pré-industrial.

Mas a integração espacial assume uma outra e mais fundamental dimensão quando perspectivada em termos de relação cidade/campo. Na verdade, o processo que se tem vindo a referenciar implica a constituição de redes de relacionamento entre o campo e a cidade, entendidos como espaços morfológicamente distintos, cada vez mais diversificadas e apertadas. E não apenas de fluxos económicos e culturais se constituem essas redes ou constituem a matéria que por elas corre. Os elos pessoais assumem uma importância cada vez maior no relacionamento cidade/campo. A diversificação territorial das actividades e o espectacular incremento dos sistemas de comunicação, física ou à distância, estão na origem deste fenómeno. Como contributo para a respectiva tipologia, registam-se as seguintes situações:

- viver no campo e trabalhar na cidade
- viver na cidade e trabalhar no campo, seja na agricultura (situação frequente na Andaluzia, por exemplo) seja na indústria
- viver e trabalhar na cidade e usar o campo para efeitos de tempos livres
- viver e trabalhar na cidade e manter relações regulares com familiares que vivem no campo e inversamente
- viver e trabalhar no campo em articulação com a cidade, nomeadamente através das redes de comunicação à distância

O processo de integração cidade/campo, nas diversas facetas referenciadas, tem sido qualificado com frequência como urbanização, perspectivado este fenómeno, claro está, não na sua vertente de concentração espacial da população mas como a "difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos que se resume sob a designação de cultura urbana"¹³ ou como "a difusão de um sistema de atitudes e condutas nascido num grupo específico, a sociedade urbana"¹⁴. Este último autor associa explicitamente o processo de urbanização à "integração da agricultura e da sociedade rural na economia e na sociedade global"¹⁵, assinalando que a urbanização "instaura uma interdependência crescente entre funções e grupos aldeões e cidadãos"¹⁶ e se traduz numa "reorganização social do espaço"¹⁷.

Representar o processo de integração espacial como fenómeno de urbanização designa inevitavelmente uma perspectiva urbano-centrista. Corre-se o risco de visualizar o percurso de superação da dicotomia cidade/campo como um processo de simples subordinação do campo à cidade, de triunfo da cultura urbana sobre a cultura rural, de afirmação do moderno, tido como sinónimo de urbano, sobre o arcaico, tido como atributo do rural.

Ambos os autores citados demarcam-se, é certo, de semelhantes concepções. Fá-lo Castells ao afirmar que o que se entende por cultura urbana "não é mais do que o sistema de comportamentos característico da sociedade industrial"¹⁸, Rambaud, por seu turno, já em texto anterior ao que se citou defendia com clareza que por urbanização se devia entender "a invenção de um modo

de vida em vias de se tornar universal e de realizar a unidade do homem social¹⁹. Mas a verdade é que, apesar de tais demarcações, o uso do termo urbanização comporta sempre o risco de conotar de forma unilateralmente subordinativa o processo através do qual se vem dando a interpenetração da cidade e do campo e a diluição recíproca do que se convencionou chamar urbano e rural, entendidos como modos de espacialização social de organizações morfológicas diferenciadas.

Ora bem, se pretendermos persistir no recurso aos termos urbano e rural e se quisermos evitar as armadilhas dos paradigmas subordinativistas inerentes às teorias da dependência, impor-se-à, então, representar o processo de reorganização social em causa como sendo simultaneamente de urbanização e de ruralização. À medida em que a integração espacial se vai operando, modificam-se, tanto no campo como na cidade, os sistemas de condutas e de comportamentos e geram-se novas formas de relacionamento social que tanto incorporam elementos de origem urbana como de origem rural. Contra generalizadas evidências do senso comum, a ruralidade, entendida como um princípio de organização e um sistema de valores, um modo diferente de relacionamento social²⁰, é tão constitutiva do processo em referência como todo e qualquer elemento qualificável como integrativo de uma cultura urbana.

A integração espacial não pode ser vista como o campo que se urbaniza ou como a cidade que se ruraliza, mas como um processo de reorganização social com forte evidência espacial traduzido numa crescente interpenetração territorial.

Claro está que semelhante processo de interpenetração conhece diferentes modos de concretização e bem diversificados graus de intensidade. Continuando a tomar unicamente por referência as sociedades industrializadas e restringindo o horizonte à CEE, tem interesse reter, a este propósito, a distinção proposta na "Communication de la CEE" sobre L'Avenir du Monde Rural²¹ relativamente aos três problemas-tipo no desenvolvimento do mundo rural, cada um deles permitindo recortar referências espaciais distintas: "pressão da evolução moderna; declínio rural; despovoamento e abandono de terras que afecta as zonas particularmente marginalizadas". Se nas zonas do primeiro tipo o processo de integração se encontra em estado avançado, por vezes a tal ponto que perdeu por completo sentido continuar a designar esses espaços como rurais (ou passar a designá-los como urbanos), em contrapartida, nas do terceiro tipo a marginalização que as afecta começa a traduzir-se em desertificação humana, circunstância que, no limite, lhes retira a característica de espaço social rural.

4. A Sociologia Rural perante a problemática do espaço

Conforme se deixou anteriormente referido, a sociologia rural tem mostrado dificuldade em assumir o espaço como paradigma analítico central. Trata-se de situação aparentemente paradoxal já que se está perante um ramo da Sociologia que tem tido por objectos de conhecimento aspectos e fenómenos sociais cuja dimensão espacial parece óbvia. Assim acontece, com efeito, no que respeita ao estudo de comunidades locais, as quais se desenham como organizações sociais intrinsecamente espacializadas e cujo relacionamento com as organizações urbanas e a sociedade global assume nítida feição espacial. Assim acontece, também, com a agricultura, actividade estendida no espaço, intimamente relacionada com a realidade espacial que é o meio ambiente e cuja articulação com a indústria se exprime em forma declaradamente espacializada. Assim acontece, ainda, no que concerne à propriedade fundiária, a qual, enquanto manifesta expressão territorializada do direito de propriedade, de algum modo simboliza espacialmente a própria figura do direito de propriedade²².

As perspectivas de abordagem utilizadas na análise destes diversos objectos não permitiam, no entanto, visualizar as suas dimensões espaciais, por muito evidente que as mesmas, agora, pareçam. Ao tomar as comunidades locais como objectos de análise em si mesmos, os estudos de comunidade, cujas raízes etnológicas eram manifestas, limitavam-se "a catalogar as 'folk ways' de cada localidade"²³. Em contrapartida, encarar os estudos locais como método de análise de fenómenos sociais obriga a estudar as comunidades com o propósito de obter elementos sobre os fenómenos relativamente aos quais a comunidade surja como o nível de análise apropriado²⁴. De acordo com esta perspectiva, o paradigma espacial é forçosamente colocado no centro da análise, já que se torna indispensável contextualizar espacialmente os fenómenos sociais, bem como prestar atenção ao "conjunto de elementos espaciais e ambientais mobilizados como parte da interacção social"²⁵.

Outra das tendências inibidoras da sensibilização da sociologia rural à problemática do espaço consistiu em centrar-se na análise da agricultura, encarada esta, sobretudo, como sector de actividade económica. Embora dividida por diferentes correntes, diversificada segundo distintos matizes e focalizada em objectos não coincidentes, a sociologia rural foi durante larga época fundamentalmente uma sociologia da agricultura. Não será abusivo, com efeito, generalizar a apreciação feita por Marcel Jollivet relativamente ao caso francês: "a análise do mundo rural, embora tocando categorias não agrícolas"²⁶.

À medida em que a agricultura foi perdendo o estatuto de principal actividade em diversos meios rurais e, concomitantemente, a sociologia rural foi adquirindo uma perspectiva ao mesmo tempo mais diversificada e globalista, tem-se manifestado uma orientação de abrangência totalizante. No limite, o âmbito da sociologia rural estender-se-ia a todos os fenómenos sociais que

tivessem por palco o espaço rural. O que caracterizaria este ramo da sociologia seria o facto de ter por objecto "as localidades geográficas cuja dimensão e densidade da população sejam relativamente reduzidas", tal como sugere Newby ao abordar esta tendência²⁷. A dimensão dos agregados populacionais seria, ao fim e ao cabo, a linha fundamental de partilha entre a sociologia rural e a sociologia urbana. A esta última caberia, como objecto de análise, tudo o que tem socialmente a ver com a cidade. À primeira caberia tudo o que não é cidade, isto é, o campo.

Remetendo para Newby a crítica a este tão pouco sociológico tipo de demarcação e de definição, o que de momento interessa reter é que semelhante tipo de clivagem pode conduzir e tem conduzido a tentações de globalismo sociológico. Cada um dentro do seu universo geográfico, o sociólogo rural e o sociólogo urbano seriam generalistas da sociologia, preocupando-se indiscriminadamente com os mais diversos aspectos de conhecimento relativos à "fatia" da realidade social que lhes caberia: políticos, culturais, económicos, educacionais, ambientais, territoriais...

O absurdo salta à vista. E duplamente.

Em primeiro lugar, o campo e a cidade não são compreensíveis em si mesmos, à margem das relações entre ambos existentes. Nem sequer é possível, aliás, estabelecer as fronteiras entre ambos, quando encarados como entidades sociais e não meramente morfológicas. Em segundo lugar, qualquer orientação generalista conduziria, se levada a sério, à impensável pretensão de condensar nestes dois ramos da sociologia todo o ofício teórico e metodológico específicos a cada um dos demais ramos da sociologia. O sociólogo rural, por exemplo, teria que ser sociólogo de tudo: da comunicação, da cultura, da religião, da educação, da família, do trabalho... Com a única condição, claro está, de ter o rural como campo analítico.

Mas como evitar este duplo perigo e este duplo absurdo?

Não parece que o caminho adequado passe por qualquer tentativa de laboriosamente procurar definir e redefinir o rural e o urbano e, relativamente a cada um destes referenciais, tentar circunscrever um ramo específico da sociologia.

Cada vez mais nitidamente, as unidades morfológicas de que o sociólogo rural e o sociólogo urbano tradicionalmente se ocupam - cada um por seu lado e, muitas vezes, para seu lado - surgem como configurações espaciais em si mesmas e apenas inteligíveis quando espacialmente contextualizadas, desde o nível local e regional até ao nacional e internacional. Quer isto dizer que a problemática espacial se vem desenhando, com precisão crescente, como representando o campo analítico e a perspectiva de análise susceptíveis de conferir especificidade tanto à sociologia rural como à urbana - e, ao mesmo tempo, como o ponto de convergência entre ambas.

A espacialização das relações e dos fenómenos sociais não pode ser vista, certamente, como monopólio analítico destes dois ramos da sociologia. Mas é a cada um deles - e aos dois em conjunto - que compete conferir a esta

problemática lugar analítico central. Deste modo, ganha imediata visibilidade o conjunto, cada vez mais complexo, de redes que articulam, também cada vez mais estreitamente, a cidade e o campo e as diversas unidades locais - cidades, bairros, vilas, aldeias - entre si. Deste modo, igualmente, desvanecem-se absurdas tendências globalizadoras e generalistas que fazem perigar a identidade - e a qualidade - de qualquer destes dois ramos da sociologia. Deste modo, por fim, ganha sentido discutir e precisar os cruzamentos e as fronteiras entre a sociologia rural e a sociologia urbana e, do mesmo passo, determinar as respectivas especificidades.

Notas

- 1 Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1986-1974, pp. 1 e 7.
- 2 Anthony Giddens, "Dimensões da modernidade", *Sociologia - Problemas e Práticas* nº 4, 1988, pp. 235-254.
- 3 Boaventura Sousa Santos, "O espaço da introdução", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, 1987, pp. 5-12; pp.6.
- 4 Henri Lefebvre, *ibidem*, p.7.
- 5 Alberto Alvarenga e Jacques Maltcheff, "L'espace social, nouveau paradigme", *Espaces et Sociétés*, 34-35, 1980, pp.47-73 e p.54.
- 6 *Ibidem*, p. 55.
- 7 Haward Newby, "Rural Sociology - a trend report", *Current Sociology*, nº 28, 1980, pp. 1-141..
- 8 André Piatier, "Développement local et localisations. Les promesses de la troisième révolution industrielle", *Economie Rurale*, 166, 185, 1985, pp.3-9.
- 9 Afonso de Barros, "Modalidades de pequena agricultura", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7-8, 1981, pp. 111-134; Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes, "Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa", *Análise Social*, 75, 1983, pp. 57-85.
- 10 Jean-Claude Chamboredon, "Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récréation", *Revue Française de Sociologie*, XXI, 1, 1980, pp.97-119.
- 11 Gérard Bauer e Jean-Michel Roux, *La Rurbanisation on la ville éparpillée*, Edition du Seuil, Paris, 1976, p. 190.
- 12 André Piatier, *op. cit.*
- 13 Manuel Castells, *Problemas de investigación en Sociología Urbana*, Siglo XXI de España Editores, Madrid, 1971, p. 76.
- 14 Placide Rambaud, "Village et urbanisation. Problèmes sociologiques", *Études Rurales*, 49-50, 1973, pp.14-32, p. 15.
- 15 Placide Rambaud, *op.cit.*, p. 17.
- 16 *Ibidem*, p. 21.
- 17 *Ibidem*, p. 29.
- 18 Manuel Castells, *op. cit.*, p. 77.
- 19 Placide Rambaud, *Société rurale et urbanisation*, Édition du Seuil, Paris, 1969, p.9.
- 20 Marc Mormont, "Rural nature and urban natures", *Sociologia Ruralis*, XXVIII-1, Assen, 1987, pp.1-141.
- 21 C.E.E. *L'avenir du monde rural*, Bruxelles, C.E.E., 1988.
- 22 Afonso de Barros, *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma freguesia do Baixo-alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências, 1986, p. 14.
- 23 Haward Newby, "Locality and Rurality: The restructuring of Rural Social Relations", *Regional Studies*, 20, 1986, pp.209-215, p. 211.
- 24 *Ibidem*.

- 25 Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory. Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Londres, The McMillan Press, 1979, p. 207.
- 26 Marcel Jollivet, "Du paysan, à l'agriculture: le changement social dans le monde rural", in H. Marchas e M. Verret, *Les champs de la sociologie française*, Paris, Armand Colin, 1988, p. 51.
- 27 Haward Newbey, "Rural Sociology - a trend report", *op. cit.*, p. 21.